

MANUAL DE REVISÃO DE  
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS  
Revisões de Fato e de Direito



EDUARDO RIVERA PALMEIRA FILHO

MANUAL DE REVISÃO DE  
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS  
Revisões de Fato e de Direito



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: [alteridade@alteridade.com.br](mailto:alteridade@alteridade.com.br)  
**[www.alteridade.com.br](http://www.alteridade.com.br)**

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

---

P172

Palmeira Filho, Eduardo Rivera  
Manual de revisão de benefícios previdenciários: revisões de fato e de direito / Eduardo Rivera Palmeira Filho - 1.ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2019.  
550p.; 23cm

ISBN 978-85-65782-46-3

1. Direito previdenciário. 2. Previdência social – Legislação.  
I. Título.

CDD 344.032(22.ed)  
CDU 349.3

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626  
Capa e diagramação: Jonny M. Prochnow  
A capa contém objetos gráficos da Freepik/pikisuperstar

### **Agradecimentos**

Agradeço à família (Anna Karina, Bruno e Agnes) pela paciência e compreensão pelo tempo afastado para finalizar a obra, e também por suas sugestões valiosas.

Aos colegas e alunos que participaram de forma direta ou indireta no planejamento e na confecção deste livro, meu reconhecimento.

Também minha gratidão à Escola da Magistratura Federal (Esmafe) do Rio Grande do Sul, onde o livro foi gestado.



“O padrão civilizatório de um povo se mede pela sua capacidade de observar as normas naturalmente”.

**Teori Albino Zavascki<sup>1</sup>**

---

1 Tive a honra da participação do eminente professor e jurista Teori Zavascki na minha banca da prova oral do IX concurso para a magistratura do TRF4 e ainda recordo algumas de suas perguntas. Passei a acalentar desejo de um dia ter uma obra prefaciada por ele. Quis o destino, porém, privarmo-nos de seu convívio. Fica aqui minha singela homenagem.





## PREFÁCIO

O Juiz Federal e professor da Escola Superior da Magistratura Federal, Eduardo Rivera Palmeira Filho, honrou-me com o convite para prefaciá-lo seu primeiro livro, cuja temática é de grande relevância prática para os operadores do direito.

A previdência social é o instrumento de amparo social resultante do equacionamento da economia coletiva e compulsória – capaz de redistribuir os riscos sociais horizontal (entre grupos profissionais distintos) e verticalmente (entre gerações). No Brasil, apesar das deficiências que apresenta, ela ainda se constitui na mais significativa técnica de proteção social. Não apenas pelo amparo financeiro que propicia – necessário para a manutenção de uma existência digna do segurado e de sua família, nos momentos em que as contingências sociais se materializam – como também pelo fato de efetivar uma redistribuição de renda e viabilizar a manutenção de um nível mínimo de consumo nos momentos de crise econômica, o que é vital para o equilíbrio das sociedades contemporâneas.

Não são poucos os desafios que se apresentam no horizonte do advogado previdenciário. Dificuldades cuja origem deita raízes na grade curricular. Muitos bacharéis em direito concluem o curso de graduação sem terem sido apresentados ao particular universo jurídico do Direito Previdenciário. Ainda hoje, na maior parte das faculdades de Direito, a formação do bacharel não contempla o mínimo exigível para permitir uma efetiva habilitação profissional neste relevante campo do direito social. Concluído o Curso de Direito, o advogado necessita assimilar, rapidamente, para bem desempenhar o seu mister, um conjunto de informações relevantes que não são encontradas com facilidade. A natureza não dá saltos – nos ensinou o genial naturalista Charles Darwin – e certamente as eventuais deficiências da graduação não poderão ser suprimidas de forma imediata.

Mesmo para os que tiveram a ventura de construir uma formação mais consistente, o conhecimento científico, em todas as áreas, demanda uma atualização constante. Mas o dinamismo da vida profissional, nem sempre concede ao advogado o tempo necessário para colmatar as lacunas de sua formação. Então, quando se depara com problemas concretos, o profissional, por vezes, não tem ideia de por onde começar. A simples demora no ajuizamento de uma ação, quando o cliente procura o segurado depois de vários anos pode contribuir para consolidar prejuízos irreparáveis, em face dos efeitos da prescrição e da decadência.

Como é cediço, parcela expressiva da população brasileira não conhece ou não compreende o complexo arcabouço jurídico que rege a previdência social. É natural, na ausência de uma orientação adequada na via administrativa sobre os documentos que poderiam comprovar o seu direito, ou em face de uma decisão apoiada na literalidade de instruções normativas que o benefício requerido seja indeferido. Assim, o cidadão tem como última alternativa procurar um profissional do direito para tentar reverter a injusta decisão. Mas os prejuízos sofridos pelos trabalhadores brasileiros não se limitam aos indeferimentos praticados de forma equivocada pela administração previdenciária. Ostentam relevância expressiva aqueles causados aos beneficiários da previdência social no momento em que foram concedidos benefícios em condições menos vantajosas.

Didaticamente, podemos diferenciar as ações previdenciárias nas seguintes categorias principais: ações de concessão, de revisão e de restabelecimento de benefício previdenciário. O presente livro, que é o resultado da experiência profissional do autor – juiz federal desde 2001, e professor em cursos preparatórios e de pós-graduação – enfoca as ações revisionais. Trata-se de obra que foi pensada, não para ser apresentada como um estofado dogmático inovador, mas como um guia capaz de indicar soluções comprovadamente eficientes e evitar que se perca tempo com teses de há muito superadas.

Certamente que o conhecimento doutrinário sólido permite ao profissional do direito enxergar além do óbvio, perscrutar soluções nos casos difíceis cuja resposta justa pode não estar situada no local mais visível do ordenamento jurídico. Mas antes de estar preparado para decifrar os problemas mais complexos, é necessário dominar os fundamentos elementares. Por certo que o embasamento teórico é fundamental para o adequado desenvolvimento da ciência jurídica, mas com alguma frequência, o operador do direito tem dificuldades para materializar em uma petição inicial os aspectos verdadeiramente relevantes em um caso concreto. Infelizmente, vivemos em uma época que o uso de peças padronizadas torna mais difícil o trabalho de quem vai julgar. As peças processuais, não raro, demasiado longas, omitem o que seria essencial, ou não destacam aquilo que seria fundamental para o reconhecimento dos direitos dos segurados e dependentes.

O livro propõe-se a auxiliar os advogados na tarefa de diagnosticar as possibilidades jurídicas de aumentar o valor do benefício previdenciário, seja pela valoração de situações fáticas que não foram analisadas ou consideradas comprovadas pelo INSS, ou pela aplicação de teses capazes de situar o beneficiário do regime geral em uma condição jurídica mais vantajosa.

A obra foi dividida em seis capítulos. No primeiro, o autor trabalha conceitos básicos, sendo a leitura indicada, principalmente, para aqueles cuja formação acadêmica não contemplou o Direito Previdenciário. O segundo capítulo situa os operadores do direito em relação a peculiaridades do Direito Processual Previdenciário, conhecimento imprescindível para uma advocacia previdenciária eficiente. A fim de ser viável uma revisão intentada na esfera judicial, é necessário que o operador do direito compreenda o funcionamento das engrenagens que

movimentam a Autarquia Ancilar. Por isto, o terceiro capítulo aborda as fases do Processo Administrativo Previdenciário, propiciando uma compreensão da atuação do INSS na esfera administrativa. Com o escopo de subsidiar as ações que podem ser propostas, em relação a cada espécie de benefício, o quarto capítulo explora as mais diversas situações fáticas cuja comprovação pode permitir a revisão do valor do benefício. O penúltimo capítulo discorre sobre as teses revisionais que já foram objeto da atenção dos tribunais. Faz um histórico completo, tratando desde aquelas surgidas no período anterior à Constituição Federal de 1988 até as teses mais novas como a do direito ao melhor benefício, a revisão dos tetos promovidas pelas EC nº 20/98 e nº 41/03, e a revisão da vida toda. No capítulo final, a criatividade e didática do autor afloram de forma mais intensa com a apresentação do método “FOREVER”. Trata-se de uma sugestão para subsidiar a petição inicial de uma ação revisional. Este método é dividido em três fases. Na primeira são coletadas informações que vão subsidiar o estudo de viabilidade da demanda previdenciária. Na fase de análise, são feitas simulações para a determinação das teses possíveis de serem vindicadas pela parte autora. Na última fase, o advogado estará habilitado a preparar a petição inicial com a juntada dos documentos e das planilhas de cálculo respectivas.

Para melhor compreensão dos detalhes relevantes que devem ser observados nas diferentes revisões de fato e de direito, o livro apresenta vários casos que foram extraídos de situações reais.

Pela seriedade do trabalho, e pela experiência profissional e de magistério do autor, o livro certamente vai contribuir para que um grande número de cidadãos finalmente tenha acesso, pela via judicial, a integralidade do direito fundamental que deve ser assegurado a cada beneficiário da previdência social.

Porto Alegre, maio de 2019

Prof. Dr. **Daniel Machado da Rocha**



# APRESENTAÇÃO

**Manual de Revisão de Benefícios Previdenciários. Como ler. “Ementário”.** Cada ponto específico da matéria a ser tratada começa com uma ementa em negrito introduzindo resumidamente o conteúdo que se seguirá. A ideia é tornar o texto o mais objetivo possível, acelerando a busca pela informação, evitando-se longas leituras até se encontrar o ponto desejado.

Para o leitor já ir se familiarizando com a sistemática do “ementário”, optou-se pela apresentação da obra também ser redigida dessa forma.

**Manual de Revisão de Benefícios Previdenciários. Gênese. Magistratura e docência.** Este manual é resultado de quase 20 anos de trabalho com o Direito Previdenciário, quer na função de juiz federal, quer na docência.

Como professor, foram muitas horas em sala de aula, onde ocorreu uma rica troca de conhecimentos. Cremos, inclusive, termos mais aprendido que ensinado. Trabalhamos com alunos de pós-graduação, cujo foco era mais acadêmico, com cursos de prática judicial previdenciária para advogados e com cursos preparatórios para concursos, nos quais a matéria previdenciária era tratada de forma mais teórica.

Atuando como juiz federal, tivemos o privilégio de tratar a matéria previdenciária em vários momentos histórico-legislativos nas quase duas décadas que se passaram. Este livro, de certa forma, conta um pouco da experiência adquirida.

**Direito Previdenciário. Esse desconhecido.** Em geral, o bacharel, ao concluir o curso de Direito, teve pouco ou nenhum contato com o Direito Previdenciário. Talvez pelo fato de não estar incluída no Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a matéria tenha sido colocada de lado.<sup>1</sup> Não é incomum o aluno, já advogado, ter o primeiro encontro com a matéria em um dos cursos por nós ministrados.

Em contrapartida, a matéria previdenciária é muito interessante para a advocacia, em especial para o jovem advogado, e isso por dois principais motivos: 1) cada trabalhador é um potencial cliente, quer já receba, quer não o benefício

---

1 A OAB anunciou, recentemente, que pretende incluir o Direito Previdenciário como matéria da prova objetiva do Exame de Ordem.

previdenciário; 2) a Autarquia Previdenciária é solvente, pagando regularmente os precatórios e as requisições de pequeno valor.

Daí o grande interesse por essa área do conhecimento jurídico.

**Benefícios previdenciários. Revisão. Tópico mais difícil.** O trabalho com revisões de benefícios é considerado o tópico mais difícil dentro do Direito Previdenciário. Para realizar um bom trabalho revisional, o profissional do Direito deverá não apenas dominar amplamente os conceitos previdenciários, mas também ter noções de contabilidade e saber trabalhar com planilhas de cálculo.

O que fazer quando o segurado, já em gozo de benefício, procura o advogado com a finalidade de revisar o valor dos seus proventos? Este manual busca responder a esse questionamento.

**Capítulo 1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Conceitos iniciais importantes.** Como a finalidade de se equalizar os vários conceitos e institutos do Direito Previdenciário, optou-se pela inclusão de um capítulo específico com uma rápida, porém completa, revisão da matéria.

O capítulo parte do geral (conceitos de Seguridade e Previdência Social; princípios; histórico; e resumo dos regimes previdenciários brasileiros) e vai ao encontro do conhecimento mais específico (legislação básica; beneficiários; filiação, inscrição e manutenção da qualidade de segurado; salário-de-contribuição e salário-de-benefício; carência; requisitos; renda mensal inicial – RMI; reajustamento).

Finaliza-se com a apresentação de um quadro-resumo das relações jurídicas previdenciárias, no qual se tem uma visão sistêmica da matéria, e de mais 4 quadros-resumo dos benefícios em espécie, divididos pela natureza da prestação.

**Capítulo 2. Processo Judicial Previdenciário Revisional.** Nesse capítulo, são tratados conceitos importantes para uma eficaz advocacia judicial previdenciária. Antes de se ingressar nas revisionais em espécie, discutem-se temas relacionados às lides judiciais, tais como:

- Tipos de ações revisionais; competências; decadência e prescrição dos benefícios; Data do Início do Benefício (DIB), Data do Início do Pagamento (DIP), Data da Entrada do Requerimento (DER) e “reafirmação da DER”;
- Petição inicial; autor e réu; prévio ingresso administrativo; documentos; valor da causa e custas;
- Produção probatória; antecipação da tutela; sentença; acórdão e recursos; condenação; honorários;
- Revisão de benefícios complementados por fundo de pensão;
- Revisão de benefícios deferidos judicialmente.

Termina-se o capítulo com um esquema gráfico no qual se apresenta uma visão resumida das revisionais tratadas nesta obra.

**Capítulo 3. Processo Administrativo Previdenciário (PAP).** Complementando o capítulo anterior, tratou-se também do processo previdenciário. Em especial porque, nos últimos anos, têm ocorrido mudanças significativas no modo de a Autarquia processar o pedido, com a introdução de vários procedimentos remotos, via computador.

Inicia-se conceituando o PAP, objeto, princípios e fases. Na sequência, trata-se do importante instituto da justificação administrativa. As inovações “eletrônicas” são discutidas no item referente ao sistema “INSS Digital”.

Passa-se a importante tópico para o estudo das ações revisionais: apresentação dos sistemas Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e PLENUS e as várias informações que se pode obter acerca do benefício em manutenção. Várias “telas” são tratadas, tais como REVSIT, CONBAS, INFBEN, etc.

Finaliza-se o capítulo com foco específico no processo administrativo de revisão. Apesar de, em regra, não ser necessário o prévio pedido administrativo para se ajuizar ação revisional, há a possibilidade de se intentar com o próprio INSS a alteração da renda do segurado.

**Capítulo 4. Revisões de fato.** No presente capítulo, inicia-se o estudo das revisionais em espécie, começando com as “revisionais de fato”, definidas como aquelas em que é necessária a dilação probatória.

Realiza-se amplo estudo começando com as peculiaridades de comprovação de tempo de contribuição de cada categoria de segurado: empregado, doméstico, avulso, contribuinte individual e segurado especial. Enumeram-se e comentam-se os vários documentos aceitos como início de prova material.

O tempo especial, importante para vários tipos de revisionais, tem a devida atenção, com a apresentação de vários tópicos (requisitos; afastamento do trabalho; rol de agentes nocivos; equipamento de proteção individual – EPI; etc.). Pelo mesmo motivo, também o tempo rural é esmiuçado (documentos; comprovação; idade mínima; etc.).

O instituto da contagem recíproca, possibilidade de migração de tempo de contribuição de um regime previdenciário para outro, é abordado. Também se trata das situações pontuais que podem gerar uma revisão do benefício, com o reconhecimento do tempo laborado, como: aluno-aprendiz; empregado aprendiz; serviço militar; servidor público vinculado ao RGPS; anistiado; mandato eletivo; etc.

O interessante tema do aproveitamento das decisões da justiça do trabalho para fins previdenciário é estudado, apresentando-se várias situações práticas. Passa-se ao tratamento dos períodos de gozo de benefícios por incapacidade e à possibilidade de contagem como tempo de contribuição, carência e tempo especial.

O aumento do valor dos proventos previdenciários por meio de revisionais com pedido de inclusão de verbas trabalhistas é objeto de estudo. Enumeram-se várias rubricas que podem ser aproveitadas para um aumento da renda do beneficiário. Na sequência, aborda-se a questão do adicional de 25% para as-

sistência, presente na aposentadoria por invalidez, e sua extensão para as outras aposentadorias.

Finaliza-se com o importante tema das “transformações” de benefícios. São revisionais, em regra, baseadas no instituto do “melhor benefício”, nas quais se requer a mudança do benefício atual para um mais vantajoso, a que o segurado já tinha direito quando do deferimento do benefício original.

**Capítulo 5. Revisões de direito.** Completando as revisões em espécie, o presente capítulo faz uma ampla apresentação das teses revisionais de direito que tramitam em nossos tribunais. Entende-se por “revisão de direito” aquela baseada em planilhas matemáticas, sem necessidade de dilação probatória.

Iniciando-se pelas principais revisionais anteriores à Constituição Federal de 1988 (CF/1988), “Súmula nº 260, do TFR”, “Menor Valor-Teto pelo INPC” e “Súmula nº 2, do TRF4”, apresenta-se a fundamentação teórica e conclui-se pela utilização restrita a poucos casos atualmente.

Posteriormente à atual CF/1988, abordam-se, em ordem cronológica, várias revisionais de direito. Explica-se o efeito que a revisão determinada pelo art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) teve sobre os benefícios anteriores à CF/1988. Passa-se a discorrer sobre o período denominado “buraco negro”, a revisão determinada pelos arts. 144 e 145, ambos da CF/1988, e a revisional decorrente da alteração do teto de 20 para 10 salários mínimos.

Com a implantação do Plano Real, em 1993/1994, passa-se ao estudo da revisional do “Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) de 02/1994” e seu efeito sobre os benefícios deferidos à época. Também se salienta a possibilidade de, ainda hoje, buscar diferenças de valores através de execução individual de ação coletiva.

O período denominado “buraco verde” e, posteriormente, “buraco verde estendido”, é tratado em item próprio. Refere-se à possibilidade da recuperação de diferença de benefício, quando do primeiro reajuste, no caso de a média dos salários-de-contribuição ter sido limitada ao teto quando da concessão (Índice de Reajuste do Teto – IRT). Explica-se o efeito sobre as revisões dos “novos tetos”.

A inclusão do 13º salário no salário-de-contribuição até a Lei nº 8.870/1994 é detalhada em item próprio. A seguir, trabalha-se a revisão dos “novos tetos”, objeto de muitas ações judiciais atualmente. Para tanto, divide-se essa revisional em quatro períodos com características próprias, dependendo da data de deferimento do benefício: a) entre a Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) e a Lei nº 9.876/1999; b) após a Lei nº 9.876/1999; c) no “buraco negro”; d) antes da CF/1988. Apresentam-se exemplos por meio de cálculos.

Na sequência, são abordadas as seguintes revisionais, na ordem: “Art. 29” (relativa ao recálculo da RMI dos benefícios de incapacidade posteriormente à Lei nº 9.876/1999); “Divisor mínimo” (adequação ao divisor mínimo de 60% do Período Básico de Cálculo – PBC); revisional da “vida toda” (desconsideração de jul./1994 como termo inicial do PBC); algumas teses de exclusão ou recálculo do Fator Previdenciário; aplicação das regras do art. 9º, caput e parágrafo



primeiro, da EC nº 20/1998; cálculo da renda no caso de direito adquirido até a EC nº 20/1998; atividades concomitantes (afastamento da regra do art. 32 da Lei nº 8.213/1991); “melhor benefício”; e a possibilidade de considerar o período de auxílio-acidente, sem contribuições, como tempo de contribuição e carência.

Finaliza-se o capítulo com um grande quadro-resumo de todas as revisionais de direito tratadas.

**Capítulo 6. Método FOREVER.** Finalizando o Manual, propõe-se um método para a revisão do benefício previdenciário. Trata-se do **Método FOREVER – Formulários revisionais de verificação passo a passo**, no qual o operador do Direito Previdenciário seguirá um procedimento, preenchendo alguns formulários, realizando algumas simulações de cálculos e concluindo com as várias possibilidades de revisionais e as estratégias para obtê-las judicialmente.

Para tanto, o método propõe o cumprimento de três fases distintas e sequenciais, como se vê no quadro a seguir:

<b>Método FOREVER</b> FORMULÁRIOS REVISIONAIS DE VERIFICAÇÃO PASSO A PASSO	
<b>1. Fase de Coleta de Informações</b>	1.1 Dados cadastrais
	1.2 Questionário de Atendimento - Anamnese Previdenciária
	1.3 Documentos para juntada
	1.4 Testemunhas
<b>2. Fase de Análise e Cálculos</b>	2.1 Simulação do cálculo do INSS
	2.2 Cálculo do Novo Tempo de Contribuição e Carência
	2.3 Cálculo da Nova Renda Mensal Inicial
	2.4 Revisionais de Direito
	2.5 Conclusões Gerais sobre Revisional(ais)
<b>3. Fase Judicial</b>	Histórico Atendimento/Processo em Ordem Cronológica

O capítulo prossegue com a explicação das fases citadas em detalhes.

Na sequência, apresentam-se alguns casos práticos, tirados de processos verdadeiros. São dados exemplos de ações judiciais pleiteando revisões de fato e de direito, com referência aos principais acontecimentos processuais.

Com o propósito de organizar as petições iniciais das ações revisionais, apresentam-se três extensos “Bancos de tópicos”. São repositórios de argumentos comumente utilizados nas lides revisionais. A ideia é o operador do Direito “montar” sua exordial, de acordo com os pedidos da inicial. São eles:

- **Banco de Tópicos comuns às diversas revisões:** aqui se colacionam e se fundamentam os diversos pedidos que normalmente são feitos em revisionais previdenciárias, tais como: assistência judiciária gratuita, tramitação preferencial, reafirmação da DER, “melhor benefício”, etc.;

- **Banco de Tópicos de revisionais de fato:** composto dos diversos pedidos nesses tipos de ações (exemplos: reconhecimento de tempo de contribuição urbano e rural; tempo especial; aluno-aprendiz; etc.);
- **Banco de Tópicos de revisionais de direito:** no qual são apresentados os principais argumentos das ações de revisão que independem de comprovação fática (exemplos: Súmula nº 260, TFR; “buraco negro”; “novos tetos”; etc.).

Seguindo, apresenta-se um exemplo de “montagem” de uma petição inicial com o intuito de demonstrar a utilização dos tópicos propostos. O capítulo se encerra com a apresentação por extenso de cada um dos argumentos, em cada um dos três “Bancos de Tópicos”.

**Apêndices. Apresentação.** A obra finaliza com 5 apêndices, repositórios de informações importantes para a prática revisional. A saber:

- Apêndice A: contém os formulários do Método FOREVER – Formulários revisionais de verificação passo a passo;
- Apêndice B: apresenta-se quadro-resumo com as principais siglas utilizadas pelo INSS nos processos administrativos e judiciais;
- Apêndice C: tabela completa com os códigos dos diversos benefícios previdenciários;
- Apêndice D: é apresentada uma petição simples de pedido administrativo de “Acerto do CNIS”, pedido que poderá evitar uma ação judicial;
- Apêndice E: para fins de concessão ou revisão de benefícios por incapacidade, traz-se interessante coleção de quesitos que poderão ser requeridos ao perito médico judicial quando da elaboração do laudo pericial.

**Manual de Revisão de Benefícios Previdenciários. Palavras finais.** Com o intuito de colaborar com o momento atual do Direito Previdenciário, trazemos à comunidade jurídica esta obra referente à revisão dos benefícios previdenciários. Em um momento em que se discute a reforma da previdência, com a consequente diminuição de direitos, a matéria tratada nesta obra volta seus olhos para o passado, à medida que visa à revisão dos benefícios já deferidos pelas regras anteriores.

Ou seja, a grande quantidade de material aqui compilado continuará hígida, mesmo diante de qualquer reforma previdenciária, pois tem por base o direito adquirido, cláusula pétrea constitucional. Ou seja, mesmo diante de alterações legislativas, o segurado que já implementou o direito à revisional não será prejudicado.

# SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	27
<b>Capítulo 1 – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - conceitos iniciais importantes ....</b>	<b>33</b>
1.1 - Previdência Social e Seguridade Social.....	33
1.1.1 - Conceitos .....	33
1.1.2 - Princípios constitucionais .....	36
1.1.3 - Breve histórico .....	41
1.1.4 - Dos regimes de previdência no Brasil.....	43
1.2 - Legislação básica .....	44
1.3 - Beneficiários.....	46
1.3.1 - Segurados .....	46
1.3.2 - Dependentes .....	51
1.4 - Filiação, inscrição e manutenção da qualidade de segurado.....	53
1.5 - Salário-de-contribuição e Contribuição Previdenciária .....	58
1.6 - Carência.....	59
1.7 - Requisitos para concessão de benefício.....	63
1.8 - Salário-de-benefício e renda mensal .....	64
1.9 - Reajustamento dos benefícios .....	66
1.10 - Relações jurídicas com a Previdência Social – Quadro-resumo .....	67
1.11 - Prestações previdenciárias – Quadros-resumos.....	71
1.11.1 - Aposentadorias eletivas (aposentadoria por idade, tempo e especial).....	71
1.11.2 - Prestações de incapacidade (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente e habilitação ou reabilitação profissional) .....	72
1.11.3 - Benefícios à família (pensão por morte e auxílio-reclusão).....	74
1.11.4 - Outras prestações.....	75
<b>Capítulo 2 – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO REVISIONAL .....</b>	<b>77</b>
2.1 - Conceito.....	77
2.2 - Tipos de ações revisionais: classificações.....	78

2.3 - Competências em matéria previdenciária.....	81
2.4 - Decadência dos benefícios .....	86
2.4.1 - Conceito .....	86
2.4.2 - Hipóteses do art. 103 da LBPS .....	87
2.4.3 - Aplicação retroativa.....	91
2.4.4 - Decadência no caso de matéria não apreciada pelo INSS.....	92
2.4.5 - Decadência e “novo direito” – IRSM de 2/1994 .....	93
2.4.6 - Decadência e revisão prevista em lei .....	94
2.4.7 - Decadência e ação rescisória.....	95
2.4.8 - Decadência e a revisional do “melhor benefício” .....	96
2.4.9 - Decadência e a revisional dos “novos tetos” .....	96
2.4.10 - Decadência no caso de reclamatória trabalhista .....	97
2.4.11 - Decadência e a revisional do artigo 29, II da LBPS.....	97
2.4.12 - Decadência e a revisão da pensão por morte .....	98
2.5 - Prescrição dos benefícios .....	100
2.6 - DIB, DIP, DER e “Reafirmação da DER”.....	102
2.7 - Petição inicial de revisional.....	106
2.8 - Autor e réu .....	108
2.9 - Prévio pedido administrativo .....	111
2.10 - Documentos para ação revisional.....	114
2.10.1 - Momento da juntada e “documentos novos”.....	114
2.10.2 - Procuração e contrato de honorários.....	116
2.10.3 - Declaração de hipossuficiência.....	117
2.10.4 - Demais documentos .....	119
2.11 - Valor da causa e custas.....	127
2.12 - Produção probatória – principais temas.....	131
2.12.1 - Comprovação do tempo de contribuição – início de prova material.....	131
2.12.2 - Comprovação do tempo especial .....	138
2.12.3 - Comprovação da relação de dependência .....	138
2.12.4 - Comprovação da incapacidade.....	141
2.13 - Antecipação da tutela em ações revisionais.....	146
2.14 - Sentença, acórdão e recursos.....	149
2.14.1 - Juízo ordinário.....	149
2.14.2 - Juizado Especial Previdenciário .....	151
2.15 - Condenação em ação revisional.....	153
2.15.1 - Efeitos financeiros.....	153
2.15.2 - Consectários legais.....	155
2.15.3 - Saque e retenção do IR.....	157
2.16 - Honorários na revisão de benefício.....	159
2.16.1 - Conceito, natureza, espécies e reserva de honorários .....	159

2.16.2 - Honorários sucumbenciais na fase de conhecimento.....	163
2.16.3 - Honorários sucumbenciais na fase de execução.....	167
2.17 - Revisão de benefício complementado por fundo de pensão.....	169
2.18 - Ações coletivas previdenciárias.....	170
2.19 - Benefício deferido judicialmente e posterior ação revisional.....	177
2.19.1 - Tese da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> em matéria previdenciária.....	178
2.19.2 - Ação rescisória para fins de revisão do benefício.....	181
2.20 - Teses revisionais – esquema gráfico.....	183
<b>Capítulo 3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>185</b>
3.1 - Conceito, objeto e princípios.....	185
3.2 - Fases.....	188
3.3 - Documentação incompleta e Justificação administrativa.....	189
3.4 - Sistema “INSS Digital”.....	193
3.5 - Informações do CNIS.....	196
3.5.1 - Conceito, conteúdo e “prova plena”.....	196
3.5.2 - Acerto do CNIS.....	198
3.5.3 - Marcas do CNIS.....	203
3.6 - Informações do PLENUS (REVSIT, CONBAS, INFBEN e CONREAJ, etc.).....	208
3.7 - Processo administrativo de revisão.....	212
3.7.1 - Conceito, legitimidade e objeto.....	212
3.7.2 - Revisional de ofício e a Decadência contra a Administração.....	214
<b>Capítulo 4 – REVISÕES DE FATO.....</b>	<b>219</b>
4.1 - Empregado, doméstico e avulso – reconhecimento do tempo.....	220
4.2 - Contribuinte individual – contribuições em atraso e indenização.....	224
4.3 - Tempo especial.....	231
4.3.1 - Requisitos.....	231
4.3.2 - Aposentadoria especial – afastamento do trabalho nocivo.....	233
4.3.3 - Beneficiários.....	234
4.3.4 - Rol de agentes nocivos.....	236
4.3.5 - Comprovação: formulário-padrão e laudo pericial.....	241
4.3.6 - EPI e EPC.....	252
4.3.7 - Conversão de tempo especial em comum.....	255
4.4 - Tempo rural.....	258
4.4.1 - Trabalhador rural e benefícios.....	258
4.4.2 - Comprovação do trabalho rural.....	263
4.4.3 - Documentos rurais.....	270
4.4.4 - Idade mínima de filiação – revisão para averbação de tempo laborado.....	275

4.4.5 - Contribuição previdenciária do rural e indenização .....	276
4.5 - Contagem recíproca – aproveitamento do tempo do RPPS .....	278
4.6 - Outras possibilidades de reconhecimento de tempo de contribuição .....	286
4.6.1 - Aluno-aprendiz e empregado aprendiz.....	286
4.6.2 - Período de estágio ou bolsista .....	289
4.6.3 - Tempo de serviço militar .....	290
4.6.4 - Servidor público vinculado ao RGPS – averbação do tempo de contribuição.....	293
4.6.5 - Anistiado .....	293
4.6.6 - Mandato eletivo .....	295
4.6.7 - Mandato classista e magistrado da Justiça Eleitoral.....	297
4.6.8 - Atividade religiosa .....	298
4.6.9 - Microfichas .....	300
4.7 - Período reconhecido em reclamatória trabalhista.....	301
4.8 - Período de benefício de incapacidade – contagem como tempo de contribuição, carência e tempo especial .....	308
4.9 - Salários-de-contribuição – aumento dos valores. Verbas trabalhistas .....	311
4.10 - Adicional para assistência – outras aposentadorias .....	318
4.11 - Transformações de benefícios.....	319
4.11.1 - Aposentadoria por idade para aposentadoria por tempo de contribuição ou aposentadoria especial .....	322
4.11.2 - Aposentadoria por idade urbana para aposentadoria por idade híbrida “inversa” .....	323
4.11.3 - Aposentadoria por invalidez para aposentadoria por idade .....	325
4.11.4 - Aposentadoria por tempo de contribuição para aposentadoria por pontos.....	326
4.11.5 - Aposentadoria por tempo de contribuição para aposentadoria especial.....	328
4.11.6 - Transformação da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria por invalidez.....	329
4.11.7 - Transformação de um benefício por incapacidade em outro .....	330
<b>Capítulo 5 – REVISÕES DE DIREITO.....</b>	<b>333</b>
5.1 - Revisões anteriores à CF/1988 .....	333
5.1.1 - Súmula nº 260 do TFR .....	335
5.1.2 - Menor valor-teto pelo INPC.....	337
5.1.3 - Súmula nº 2 do TRF4.....	339
5.2 - Revisões posteriores à CF/1988.....	341
5.2.1 - Art. 58 do ADCT – “Equivalência salarial” .....	342
5.2.2 - “Buraco negro” .....	344
5.2.3 - “Buraco negro” – alteração do teto de 20 para 10 salários mínimos .....	346
5.2.4 - IRSM de 2/1994.....	348
5.2.5 - “Buraco verde” – Índice de Reajuste do Teto (IRT) .....	352
5.2.6 - Inclusão do 13º salário no salário-de-contribuição até a Lei nº 8.870/1994 ....	355
5.2.7 - Novos tetos – Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 .....	356

5.2.7.1 - Revisional dos “novos tetos” – conceito .....	356
5.2.7.2 - Revisional dos “novos tetos” – ACP nº 0004911-28.2011.4.03.6183 e a Prescrição .....	359
5.7.7.3 - Aplicação dos “novos tetos” em quatro momentos: 1) entre a LBPS e a Lei nº 9.876/1999; LBPS, 2) após a Lei nº 9.876/1999, 3) no “buraco negro” e 4) antes da CF/1988 .....	360
5.2.8 - Revisão do art. 29, II, da Lei nº 8.213/1991, e o Memorando-Conjunto nº 21/2010 .....	364
5.2.9 - Divisor mínimo no cálculo do salário-de-benefício – adequação.....	367
5.2.10 - Revisão da “vida toda” – inclusão das contribuições anteriores a 7/1994 no cálculo do salário-de-benefício .....	369
5.2.11 - Fator Previdenciário – teses de exclusão do cálculo.....	370
5.2.12 - Aplicação das regras do art. 9º, <i>caput</i> e § 1º, da EC nº 20/1998 .....	375
5.2.13 - Revisional do cálculo da renda no caso de direito adquirido até a EC nº 20/1998 .....	378
5.2.14 - Atividades concomitantes (afastamento da regra do art. 32 da Lei nº 8.213/1991) .....	379
5.2.15 - Melhor benefício .....	382
5.2.16 - Auxílio-acidente – tempo de contribuição e carência .....	385
5.3 - Quadro-resumo – Revisões de direito.....	388
<b>Capítulo 6 – MÉTODO FOREVER DE REVISÃO - PASSO A PASSO .....</b>	<b>393</b>
6.1 - Método FOREVER .....	393
6.1.1 - Fase de Coleta de Informações.....	394
6.1.2 - Fase de análise e cálculos .....	400
6.1.3 - Fase judicial .....	405
6.2 - Casos práticos .....	406
6.2.1 - Revisões de fato.....	406
6.2.2 - Revisões de direito .....	418
6.3 - Petição Inicial – “montagem” e exemplo prático .....	423
6.4 - Banco de tópicos – comuns às diversas petições.....	431
6.4.1 - Justiça Gratuita.....	432
6.4.2 - Tramitação preferencial.....	433
6.4.3 - Afastamento da Decadência .....	433
6.4.3.1 - Caso geral para revisional de reajustes .....	433
6.4.3.2 - Caso geral para revisional do ato de concessão .....	433
6.4.3.3 - Caso específico – viúva revisando benefício do <i>de cujus</i> .....	433
6.4.4 - Prescrição.....	434
6.4.4.1 - Caso geral.....	434
6.4.4.2 - Caso específico – execução individual de ação coletiva .....	435
6.4.5 - Reafirmação da DER .....	436
6.4.6 - “Melhor benefício” .....	437
6.4.7 - Efeitos financeiros – DER da Concessão.....	440
6.4.8 - Julgamento sem mérito no caso de improcedência .....	441

6.4.9 - Honorários de sucumbência – afastamento das Súmulas nº 111 do STJ e nº 76 do TRF4 .....	441
6.4.10 - Devolução dos honorários contratuais – perdas e danos .....	442
6.4.11 - Pré-questionamento.....	443
6.4.12 - Antecipação da tutela .....	444
6.5 - Banco de tópicos – revisões de fato.....	446
6.5.1 - Reconhecimento de trabalho urbano.....	449
6.5.1.1 - Aumento dos valores dos salários-de-contribuição (acerto do CNIS).....	449
6.5.1.2 - Reconhecimento de vínculo anotado em CTPS.....	449
6.5.1.3 - Responsabilidade pelo recolhimento .....	450
6.5.2 - Contribuinte individual – pagamento de contribuições em atraso ou indenização.....	452
6.5.3 - Tempo especial.....	454
6.5.3.1 - Do reconhecimento do tempo especial, conversão em tempo comum e pedido de perícia judicial.....	454
6.5.3.2 - Do não afastamento do trabalho .....	456
6.5.3.3 - Reconhecimento de tempo especial ao empregado .....	456
6.5.3.4 - Reconhecimento de tempo especial ao contribuinte individual .....	458
6.5.4 - Tempo rural – comprovação .....	460
6.5.5 - Aluno-aprendiz .....	463
6.5.6 - Empregado aprendiz.....	465
6.5.7 - Período de estágio ou bolsista .....	466
6.5.8 - Tempo de serviço militar .....	467
6.5.9 - Período de atividade religiosa .....	468
6.5.10 - Reclamatória trabalhista – averbação do tempo de serviço reconhecido .....	469
6.5.11 - Auxílio-alimentação – inclusão no salário-de-contribuição.....	472
6.5.12 - Adicional para assistência – inclusão em outras aposentadorias .....	474
6.5.13 - Transformação de aposentadoria por idade em aposentadoria por tempo de contribuição ou em aposentadoria especial .....	476
6.5.14 - Transformação de aposentadoria por idade urbana para aposentadoria por idade híbrida “inversa” .....	477
6.5.15 - Transformação de aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade.....	479
6.5.16 - Transformação de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria por pontos.....	481
6.5.17 - Transformação de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial .....	483
6.5.18 - Transformação de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria por invalidez .....	485
6.6 - Banco de tópicos – revisões de direito .....	486
6.6.1 - Súmula nº 260 do TFR.....	488
6.6.2 - Menor valor-teto pelo INPC .....	491
6.6.3 - Súmula nº 2 do TRF4.....	493
6.6.4 - “Buraco negro” – alteração de 20 para 10 salários mínimos.....	495
6.6.5 - IRSM 2/1994 .....	497
6.6.6 - Inclusão do 13º salário no salário-de-contribuição até a Lei nº 8.870/1994 .....	498



6.6.7 - Novos tetos – benefício do “buraco negro” .....	500
6.6.8 - Novos tetos – benefício anterior à CF/1988 .....	503
6.6.9 - Revisão do art. 29, II, da Lei nº 8.213/1991 .....	505
6.6.10 - Revisão da “vida toda” .....	507
6.6.11 - Fator Previdenciário – exclusão do cálculo na aposentadoria do professor....	509
6.6.12 - Aplicação das regras do art. 9º, <i>caput</i> e § 1º, da EC nº 20/1998 .....	511
6.6.13 - Atividades concomitantes .....	515
6.6.14 - Auxílio-acidente – tempo de contribuição e carência; salário mínimo.....	518
APÊNDICES .....	521
<b>Apêndice A</b> – Método FOREVER – Método dos Formulários revisionais de verificação passo a passo.....	521
<b>Apêndice B</b> – Quadro-resumo das siglas do INSS .....	533
<b>Apêndice C</b> – Tabela Códigos dos Benefícios do INSS .....	539
<b>Apêndice D</b> – Petição Acerto do CNIS .....	543
<b>Apêndice E</b> – Quesitos para perícia médica – benefícios por incapacidade .....	545
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	549

